

Três nomes em evidência

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

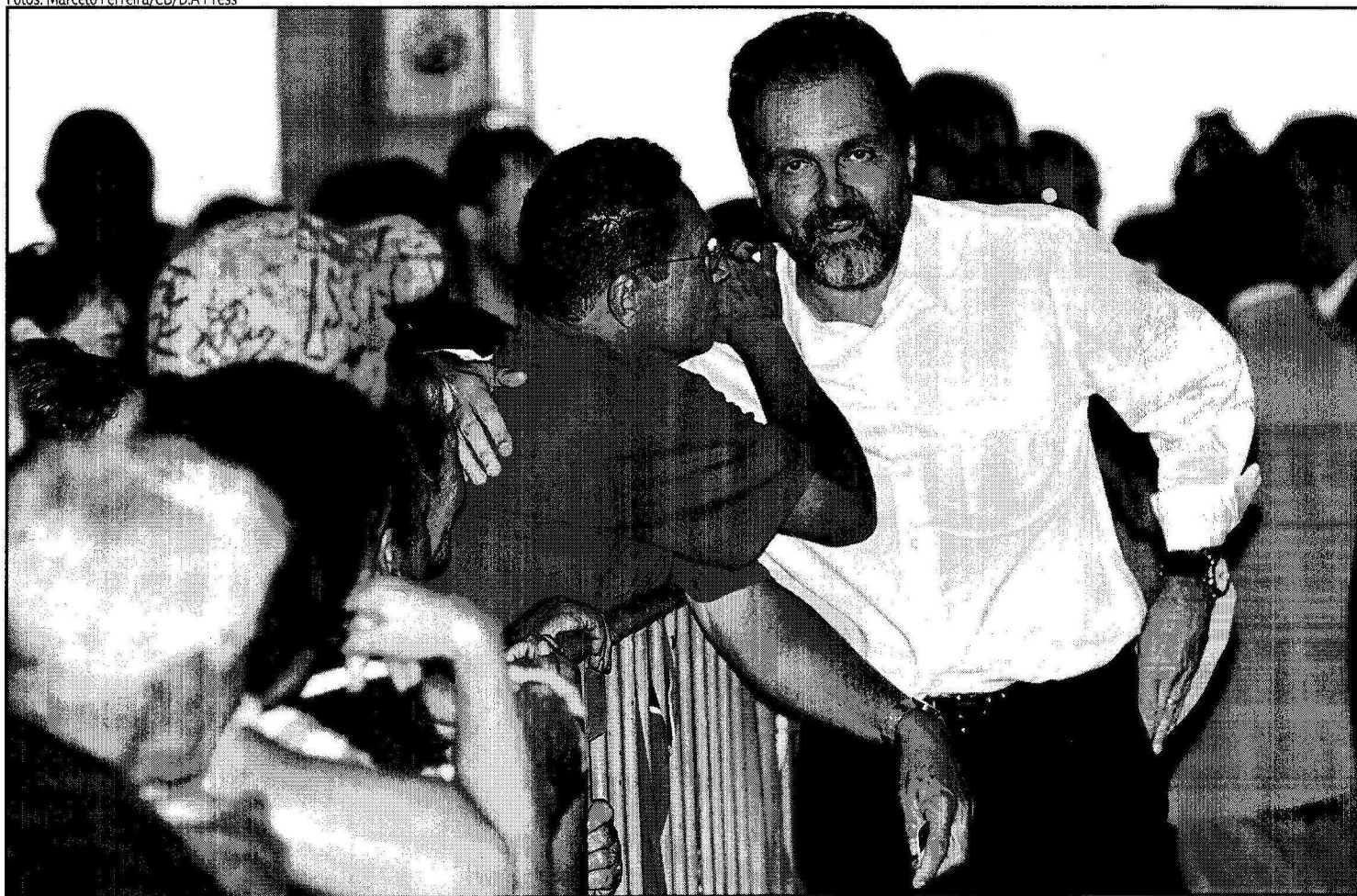
» ANA MARIA CAMPOS

Com apenas um ano e um mês de mandato, o governador Agnelo Queiroz (PT) parte agora para a escolha do terceiro diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal. As mudanças sinalizam a instabilidade no órgão responsável pela segurança pública na capital do país. O novo chefe terá o papel de pacificar a instituição e tentar reduzir a rivalidade entre grupos internos que disputam o comando e o poder de coordenar investigações importantes e de lidar com informações estratégicas. Tarefa difícil. Os delegados Onofre de Moraes e Mailine Alvarenga tiveram de deixar o gabinete principal da Polícia Civil do DF justamente porque trombaram com inimigos feitos no cargo.

Durante meses, Mailine foi rifada. Havia especulações constantes de que ela seria transferida para outra função na corporação porque não tinha o controle de investigações. O auge da crise ocorreu depois do vazamento de escutas do inquérito da Operação Shaolin, que apurou o envolvimento do policial militar João Dias em irregularidades no programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Numa das interceptações telefônicas, divulgada pela imprensa, Dias pede ajuda a Agnelo, então diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O governador não gostou de ver um trecho pinçado do inquérito e divulgado como denúncia de uma suposta proximidade dele com o cabo da PM.

Embora não haja evidências do envolvimento de Mailine no episódio, a delegada acabou responsabilizada por suposto descontrole na Polícia Civil do DF. Enquanto ela sofria com desgastes decorrentes dos constantes rumores de sua demissão ao longo de quase todo 2011, havia nos bastidores uma disputa interna para sucedê-la.

Um embate era travado não apenas pelos próprios policiais, mas também pelos padrinhos políticos dos candidatos a diretor-geral. Oriundo da Polícia Civil, Cláudio Monteiro, chefe de gabinete de Agnelo, defendia desde 2010 a posse do delegado Onofre de Moraes. Com 34 anos na instituição, ele é considerado um profissional experiente, com bom trânsito



O governador Agnelo Queiroz definirá o terceiro diretor-geral da Polícia Civil do DF em apenas um ano e meio à frente do GDF

na velha guarda e respeitado como negociador. Onofre também sempre contou com a simpatia do líder do PT na Câmara Legislativa, Chico Vigilante.

Ao ser nomeado em 3 de novembro de 2011, com o papel de evitar vazamentos de informações de investigações estratégicas, Onofre derrotou um colega, o delegado Maurílio de Moura Lima Rocha, hoje chefe da Segurança Institucional da Câmara Legislativa. Para assumir o comando, Maurílio contava — e ainda conta — com o apoio do presidente da Câmara, Patrício (PT), e do secretário de Saúde, Rafael Barbosa. Pelos padrinhos que tem, Maurílio é considerado hoje um dos nomes fortes para suceder Onofre. O secretário de Governo, Paulo Tadeu, garante que a escolha será exclusiva de Agnelo. “O governador não vai aceitar interferências políticas”, afirma.

Outro nome apontado como forte é o do delegado Eric Seba, atual diretor de Polícia Circuns-
cricional, descrito como um policial qualificado e técnico, com

o currículo de ter desvendado casos intrincados de crimes graves. Conta ainda com bom trânsito no PT. O novo diretor-geral, no entanto, deve sair de uma série de reuniões com a presença da bancada de deputados distritais do setor de segurança, além do secretário da área, Sandro Avelar. Enquanto a decisão não sai, o diretor-geral adjunto, João Rodrigues, fica no comando interinamente. Mas pode ser confirmado no cargo.

Descontentamento

Onofre de Moraes deixa o governo apenas três meses depois da nomeação. Até a crise desta semana, ele tinha prestígio com Agnelo. O governador, inclusive, teve o cuidado de não constrangê-lo na saída (leia matéria ao lado). Ao nomeá-lo, Agnelo deu autonomia para que ele escolhesse a equipe. Num ato publicado no *Diário Oficial do DF*, todos os chefes de divisões e de delegacias acabaram remanejados. Onofre optou por pessoas de sua confiança e deu poderes para que os

novos diretores indicassem também o grupo de trabalho. Essas substituições provocaram descontentamentos internos. Onofre afirma que Durval Barbosa, delegado aposentado, não gostou, por exemplo, da promoção da delegada Sandra Melo, responsável pelo inquérito de pedofilia contra ele. Na gestão de Onofre, ela foi transferida para a chefia da Academia de Polícia.

Foi justamente Durval quem denunciou em depoimento prestado à Polícia Federal, na semana passada, uma suposta proposta de Onofre para que o jornalista Edson Sombra recuasse nas críticas que vinha fazendo ao governador Agnelo Queiroz. No meio político e policial, ninguém acredita que o embate entre Durval e Sombra, de um lado, e Onofre e seu grupo, de outro, tenha chegado ao fim. Depois da divulgação do vídeo em que Onofre aparece na casa de Sombra fazendo comentários sobre política, é esperado um novo contra-ataque do ex-diretor-geral da Polícia Civil. Essa guerra pode estar apenas no início.

Pedido de investigação

Parlamentares e representantes de partidos estiveram ontem na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR) e pediram a abertura de investigação a respeito de denúncias feitas pela *Veja*. A revista publicou que membros do atual governo teriam conhecimento da Operação Caixa de Pandora antes mesmo da realização dela. O personagem da reportagem foi Durval Barbosa, delator de um suposto esquema de corrupção no Distrito Federal em 2009. O pedido também relaciona o delegado Onofre de Moraes, que, segundo a representação entregue pelo grupo, teria oferecido propina a uma testemunha. O deputado federal Izalci Lucas (PR) e as distritais Celina Leão e Liliane Roriz, ambas do PSD, assinaram o pedido de investigação com representantes do PSDB, DEM, PSC e PMN. Tucanos e democratas fazem oposição ao PT, partido do governador Agnelo Queiroz, enquanto PSC e PMN são ligados ao ex-governador Joaquim Roriz. Até o fechamento da edição, a Secretaria de Comunicação do GDF não tinha retornado o contato para falar sobre o pedido de investigação feito à PGR.